Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

*TRADUÇÃO*

# Geografia, Marx e o Conceito de Natureza

Neil Smith
Phil O'Keefe

Tradutor: José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências de Codó (UFMA/CCCO)
Codó, Maranhão, Brasil.
jose.arnaldo@ufma.br



**Boletim Paulista de Geografia**

**Ano: 2026**

**N°: 116**

CC BY
Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

# Geografia, Marx e o Conceito de Natureza

**Resumo**

O presente artigo investiga criticamente o conceito de natureza nas ciências — com ênfase na Geografia — a partir do materialismo histórico, explicitando as limitações do positivismo e propondo a tese da produção da natureza e do espaço. As abordagens positivistas tratam natureza e sociedade como esferas separadas, gerando contradições e respostas insatisfatórias (banimento do humano; dualismo de duas naturezas; dissolução do humano no natural). Num primeiro momento objetiva reconstruir, a partir de Marx, a unidade histórica de natureza e história; em seguida, distinguir analiticamente "primeira" e "segunda" naturezas como diferença de grau, não de essência; finalmente, derivar implicações para a pesquisa sobre riscos naturais e para a teoria do espaço. O artigo é um ensaio teórico-crítico, com exame conceitual de Marx, Engels, Schmidt e determinados autores da Escola de Frankfurt. Alguns resultados podem ser apontados: (1) a relação sociedade-natureza realiza-se no e pelo trabalho; sob o capitalismo, a produção de natureza (e de espaço) é orientada pelo lucro; (2) vulnerabilidades a desastres decorrem de relações de classe e de acesso desigual à natureza produzida; (3) o "fetichismo do espaço" é criticado e substituído por uma abordagem relacional da produção espacial; (4) a unificação da ciência exige recuperar a dialética imanente à prática científica. A Geografia deve situar a pesquisa no problema inescapável da relação sociedade-natureza, superar fronteiras disciplinares arbitrárias e incorporar a dialética e a luta de classes como chaves explicativas centrais.

**Palavras-chave:** Geografia; Marx; Produção da natureza; Materialismo histórico; Produção do espaço.

**Geography, Marx and the Concept of Nature**

Abstract

This article critically investigates the concept of nature in the sciences— with emphasis on Geography— from the standpoint of historical materialism, exposing the limits of positivism and advancing the thesis of the production of nature and space. Positivist approaches treat nature and society as separate spheres, generating contradictions and unsatisfactory responses (banishing the human; a dualism of two natures; dissolving the human into the natural). First, the article aims to reconstruct, drawing on Marx, the historical unity of nature and history; second, to distinguish analytically "first" and "second" nature as a difference of degree rather than of essence; and, finally, to derive implications for natural-hazards research and for spatial theory. The article is a theoretical-critical essay, offering a conceptual examination of Marx, Engels, Schmidt, and selected authors of the Frankfurt School. The main findings are: (1) the society–nature relation is effected in and through labour; under capitalism, the production of nature (and of space) is profit-oriented; (2) disaster vulnerabilities follow from class relations and unequal access to produced nature; (3) "spatial fetishism" is criticized and replaced by a relational approach to the production of space; (4) unifying science requires retrieving the dialectic immanent to scientific practice. Geography should situate research within the inescapable problem of the society–nature relation, move beyond arbitrary disciplinary borders, and incorporate dialectics and class struggle as central explanatory principles.

**Keywords:** Geography; Marx; Production of nature; Historical materialism; Production of space.

**Géographie, Marx et le concept de nature**

Résumé

Cet article examine de manière critique le concept de nature dans les sciences — en particulier en géographie — à partir du matérialisme historique, en explicitant les limites du positivisme et en avançant la thèse de la production de la nature et de l'espace. Les approches positivistes traitent la nature et la société comme des sphères séparées, engendrant des contradictions et des réponses insatisfaisantes (bannissement de l'humain ; dualisme de deux natures ; dissolution de l'humain dans le naturel). Dans un premier temps, l'article vise à reconstruire, chez Marx, l'unité historique de la nature et de l'histoire ; ensuite, à distinguer analytiquement la « première » et la « seconde » nature comme une différence de degré plutôt que d'essence ; enfin, à tirer des implications pour la recherche sur les aléas naturels et pour la théorie de l'espace. Il s'agit d'un essai théorico-critique, proposant un examen conceptuel de Marx, Engels, Schmidt et de certains auteurs de l'École de Francfort. Les principaux résultats sont : (1) la relation société–nature se réalise dans et par le travail ; sous le capitalisme, la production de la nature (et de l'espace) est orientée par le profit ; (2) les vulnérabilités face aux catastrophes découlent des rapports de classe et d'un accès inégal à la nature produite ; (3) le « fétichisme spatial » est critiqué et remplacé par une approche relationnelle de la production de l'espace ; (4) l'unification de la science exige de retrouver la dialectique immanente à la pratique scientifique. La géographie devrait situer la recherche dans le problème inévitable de la relation société–nature, dépasser des frontières disciplinaires arbitraires et intégrer dialectique et lutte des classes comme principes explicatifs centraux.

**Mots-clés :** Géographie ; Marx ; production de la nature ; matérialisme historique ; production de l'espace.

## Introdução[1]

Neil Smith[2] e Phil O'Keefe[3]

Embora "natureza" seja um dos conceitos mais comumente invocados nas ciências (naturais ou sociais), surpreendentemente, nos últimos anos, tem sido objeto de pouca discussão metodológica. Uma compreensão da natureza é fundamental para a maneira pela qual a ciência se enxerga e se conduz, mas o conceito é, geralmente, dado por pressuposto. Apesar do entusiasmo atual em escrever filosofias, sociologias e histórias introspectivas, a ciência deixou intocada a pedra da "natureza". A negligência não é muito difícil de explicar; é inteiramente consistente com a prática e a autoimagem contemporâneas da ciência. Embora não exclusiva, a tradição positivista domina a ciência ortodoxa, e o positivismo pressupõe (entre outras coisas) que a natureza existe em si e para si, externa à atividade humana. Assim, só podemos conhecer a natureza percebendo seus fatos e, por fim, descobrindo suas leis. A natureza é constituída como um repositório externo de fatos que vivem de acordo com leis naturais autônomas. Mistério existe na natureza somente na medida em que a ciência ainda não descobriu esses fatos e leis.

## O CONCEITO DE NATUREZA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Com dificuldade, as ciências sociais têm adotado essa concepção bastante austera da natureza. Intimamente conectada à *natureza* humana, a natureza que os cientistas sociais estudam é muito mais difícil de ser encarada como externa. À medida que os cientistas sociais, em número cada vez maior, internalizam o paradigma positivista, eles expõem gradualmente, sob o exterior calmo do conceito, um núcleo turbulento; por trás de sua condição de pressuposto tácito, revelam uma concepção dual de natureza. Por um lado, a natureza é externa, realidade não-humana, pura e dada por Deus; por outro, a natureza é mais abstrata,

[1] O título "Introdução" foi acrescentado para adequação ao padrão editorial desta revista; o corpo do texto segue o original. [N.T.]

[2] Neil Robert Smith (1954–2012), geógrafo escocês radicado nos EUA. Referência da geografia crítica, desenvolveu as teses de produção da natureza e desenvolvimento desigual em obras como *Uneven Development* (1984). [N.T.]

[3] Phil O'Keefe (1948–2020), geógrafo britânico e professor emérito na Northumbria University, especialista em desenvolvimento. Pioneiro dos estudos de vulnerabilidade e dos "desastres não-naturais", coformulou, com Neil Smith, a tese da produção da natureza. [N.T.]

incorporando tanto as esferas humanas quanto as não-humanas da realidade. Na prática, essa concepção dual da natureza é contraditória no âmbito do positivismo. Ao mesmo tempo em que é estritamente não-humana, espera-se que a "natureza" seja simultaneamente humana e não-humana. Cientistas em atividade tendem a adotar um ou outro conceito de natureza, por vezes adotando ambos consecutivamente, mas raramente de modo simultâneo.

A contradição no âmbito da concepção positivista da natureza costuma ser tratada de três modos:

1) A ciência natural estuda a natureza, a ciência social não; esta estuda a sociedade, que nada tem a ver com a natureza. Falar de "natureza humana" ou da *natureza* de uma determinada sociedade é, portanto, apenas metáfora ou acidente linguístico, segundo essa interpretação. Mas isso é insatisfatório porque metáforas e "acidentes" linguísticos têm, historicamente, o hábito de referir-se a algo objetivamente real. Portanto, não é por acaso que falamos de "natureza humana" ou da "natureza das sociedades humanas"[4]. Tal uso da "natureza" não é trivial. A fisiologia humana não é tão "natural" quanto a fisiologia animal? E a psicologia humana e a fisiologia humana não estão profundamente entrelaçadas, fazendo da "natureza humana" um conceito genuíno, não acidental? A contradição na concepção positivista de natureza não pode ser ignorada por meio do banimento, em teoria, de um de seus polos, enquanto o outro permanece, na prática.

2) A segunda maneira de lidar com a contradição é a afirmação de que as ciências sociais, como as ciências naturais, estudam a natureza, mas que a natureza que estudam é diferente daquela estudada pelas ciências naturais. A "natureza" nas ciências naturais é tida como autônoma em relação à atividade humana, ao passo que, nas ciências sociais, é vista como socialmente criada. À medida que se reconhece a contradição no conceito de natureza, esta é uma solução difundida, mas se baseia em deslocar a contradição do próprio conceito para a natureza a que o conceito se refere; a natureza, como um conceito unificado, refere-se a uma realidade bifurcada. Assim, permanece uma contradição entre essa natureza efetiva, que

[4] Para um relato esquemático do modo como a "natureza" passou, historicamente, a ser aplicada ao âmbito social, veja a discussão de Louis Althusser (2007) sobre Montesquieu em *Política e História*. Paradoxalmente, o conceito de natureza está notavelmente ausente do restante da obra de Althusser.

incorpora a separação entre o humano e o não-humano, e o conceito "natureza", que se refere a essa oposição como uma unidade.

3) A terceira solução dissolve a natureza humana na natureza externa. De acordo com esta solução, o comportamento humano é regulado pelo mesmo conjunto de leis que o do mais elementar dos artrópodes. A diferença entre eles é apenas de escala e complexidade dentro de uma única natureza. O darwinismo social e grande parte do behaviorismo contemporâneo mantêm essa visão da natureza. Tal "solução" dissolve teoricamente a contradição na natureza, mas a deixa sem solução na prática. Na prática, as sociedades humanas provam-se capazes de se apropriar das "leis da natureza" para seus próprios propósitos, e esta apropriação, juntamente com seus propósitos, não é regida por "lei natural".

A Geografia tem sido particularmente resistente a conceitos simplistas e contraditórios da natureza. Principalmente preocupados com a relação entre humanidade e natureza (as relações "homem-natureza" ou "homem-ambiente", como costumavam ser chamadas), os geógrafos têm sido, geralmente, mais sensíveis à complexidade da natureza e menos propensos a vê-la em termos dualistas simples. Mas mesmo eles, nos últimos anos, sucumbiram, à medida que o positivismo os tentou com a promessa de relevância, de uma sofisticação aparente, e do consequente prestígio social. Houve exceções, é claro, entre as quais Glacken[5] se destaca. Seu *Traces on the Rhodian Shore* é uma notável história intelectual da ideia de natureza. Diferentemente de *The Idea of Nature*, de Collingwood[6] – anterior, mais conhecida, porém menos rica – o livro de Glacken jamais pretendeu incluir uma exposição programática da concepção contemporânea de natureza. Com efeito, Glacken terminou seu relato no século XVIII. Como Collingwood, contudo, mas em termos mais sofisticados, Glacken corretamente insistiu que uma compreensão adequada da natureza é impossível, a menos que esteja integrada a uma compreensão da história[7]. O crescimento e a transformação que a natureza experimenta, qualquer que seja a interpretação, só podem ser entendidos em

[5] Clarence James Glacken (1909-1989) foi um professor estadunidense de Geografia na Universidade da Califórnia, Berkeley. Autor de *Traces on the Rhodian Shore* (1967), clássico sobre a ideia de natureza [N.T.].

[6] Robin George Collingwood (1889-1943), filósofo e historiador britânico, autor de *The Idea of Nature* [N.T.].

[7] Ver Glacken (1967), Collingwood (1986) e Glacken (1956).

conjunto com uma compreensão do desenvolvimento histórico concreto e vice-versa. Isoladas uma da outra, natureza e história tornam-se ideias vazias.

Escrevendo explicitamente sobre a *ideia* de natureza, Glacken também se preocupou em relacionar a vigência histórica dessas ideias à relação material concreta das sociedades com a natureza. Ele observa que os gregos foram capazes, pela primeira vez na história, de conceber a natureza como modificada pela atividade humana, porque suas forças produtivas estavam suficientemente desenvolvidas para demonstrar o poder humano sobre a natureza[8]. Não obstante, a história intelectual era a principal preocupação de Glacken. Será nosso propósito aqui examinar, em parte, o que Glacken deixou de lado. Primeiramente, enfatizaremos não a ideia de natureza, mas a relação concreta dos seres humanos com a natureza. Pois é só isso que pode conferir à história de Glacken um fundamento material e histórico. Em segundo lugar, em contraposição a Glacken, vamos olhar (ainda que historicamente) para o período contemporâneo. Com razão, Glacken restringiu seu relato às sociedades anteriores ao século XVIII; o advento do capitalismo anunciou uma nova relação da sociedade humana com a natureza. Nas palavras do próprio Glacken[9]:

> Com o século XVIII, encerra-se, na civilização ocidental, uma época na história da relação do ser humano com a natureza. O que se segue é de ordem inteiramente diversa, influenciado pela teoria da evolução, pela especialização na produção do conhecimento e pela aceleração na transformação da natureza.

Como já se apontou em outros lugares, Marx também estava preocupado em ver a natureza em termos históricos[10]. Mais do que em qualquer outro período histórico, o capitalismo arranca a história da sua base na natureza, e vice-versa. Por isso, é de especial importância tornar explícita essa conexão[11]:

> Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico... A produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterreno. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história.

[8] Glacken (1967, p. 117).
[9] Glacken (1967, p. 705).
[10] Smith (1979, pp. 356-383).
[11] Marx e Engels (2007, pp. 43-44).

Essa unidade (mas não identidade) entre natureza e história subjaz a toda a obra de Marx e, por essa razão apenas, já deveria interessar criticamente aos cientistas sociais. Mas, além disso, Marx oferece uma concepção de natureza alternativa, unificada e não contraditória. O conceito contraditório de natureza do positivismo foi desenvolvido (mais recentemente) a partir do materialismo filosófico dos séculos XVIII e início do século XIX, e a crítica de Marx a essa tradição permanece pertinente ao positivismo contemporâneo.

Glacken, sucumbindo a uma mitologia muito comum, descartou Marx como teleológico[12]. Collingwood, por sua vez, estava tão empenhado em rejeitar Marx logo na primeira página que teve de recorrer a uma interpretação mecanicista da famosa "coruja de Minerva" de Hegel[13]. Isso deveria servir como recomendação, não como desestímulo.

## O CONCEITO DE NATUREZA NO MATERIALISMO HISTÓRICO

Marx não forneceu uma teoria sistemática da natureza, mas, em seu empreendimento científico – como em qualquer outro –, um conceito de natureza está implicado. Por meio de sua crítica à economia política clássica, sua principal preocupação foi delinear uma teoria da sociedade capitalista. Esta teoria é hoje geralmente denominada materialismo histórico e, como o próprio nome sugere, tenta uma explicação histórica do funcionamento do capitalismo, focalizando as estruturas sociais que a sociedade cria para sustentar sua existência material. É nesse contexto que Marx discute a natureza; porém, como explicação da "natureza" *per se* essas discussões permanecem fragmentárias e incompletas. Ao mesmo tempo, no entanto, uma compreensão de "natureza" é claramente central para o projeto de Marx, e um conceito está implicado em sua obra, ainda que nunca passe de implícito. Quando extraído, elaborado e desenvolvido, esse conceito revela uma base teórica perspicaz sobre a qual se pode construir teoria científica.

[12] Glacken (1967, pp. 550, 649).

[13] Alusão à máxima de Hegel (prefácio de *Princípios da Filosofia do Direito*): "a coruja de Minerva só levanta voo ao anoitecer". A imagem indica que a filosofia chega quando a realidade já se formou, para apreendê-la como totalidade, em seus elementos essenciais e universais [N.T.].

**Natureza enquanto Unidade: Primeira e Segunda Natureza**

Para Marx, a natureza separada da sociedade não tinha sentido; a natureza está sempre relacionada à atividade social. Ele quis dizer isso tanto material quanto idealmente; toda a Terra traz em sua face a marca da atividade humana. Escrevendo já na década de 1840, quando a África ainda era conhecida como o Continente Negro, Marx e Engels puderam concluir que uma "natureza que precede a história humana... é uma natureza que hoje em dia, salvo talvez em recentes formações de ilhas de corais australianas, não existe mais em lugar nenhum"[14]. Embora algo iconoclasta há 135 anos, essa ideia é hoje sabedoria geográfica ortodoxa. Historicamente e na prática, a relação com a natureza está no centro da atividade humana, uma vez que as pessoas dependem dela para a satisfação de necessidades fundamentais. Teoricamente, portanto, conceber a natureza como separada da sociedade é uma falsa abstração: "uma *outra* base para a vida, uma outra para a *ciência* é de antemão uma mentira"[15]. Em um sentido mais ideal, postular a natureza como externa à sociedade é absurdo, já que esse próprio ato de postulá-la implica uma consciência prévia de nossa *relação de conhecimento* com a natureza. Não podemos conhecer a natureza como externa; só podemos conhecê-la entrando em relação com ela. Essa suposição, embora de ordem mais ideal, não nos diz muito por si só, mas é inteiramente prática ao lembrar que a ciência não pode, de boa-fé, tratar a natureza como externa. No entanto, é exatamente isso que o positivismo tenta: ignora a inevitabilidade dessa relação com a natureza, assume a natureza como uma coisa-em-si externa e, ao proceder à coleta de conhecimento sobre essa natureza, se contradiz a cada passo.

Natureza e sociedade não são duas partes totalmente separadas da realidade, como no uso corrente muitas vezes se supõe que sejam. Ao contrário, há uma unidade da natureza, diferenciada em seu interior. Assim, Marx vê o capitalismo como operando de acordo com "leis naturais" e declara como "objetivo último" de *O capital* a tentativa de "expor a lei econômica do movimento da sociedade moderna". As leis de seu próprio funcionamento e desenvolvimento estão inseridas na estrutura da sociedade capitalista, e esta sociedade não

[14] Marx e Engels (2007, p. 32).
[15] Marx (2008, p. 112).

pode, por esforço puramente individual ou mesmo legislativo, remover "as fases naturais de seu desenvolvimento"[16]. "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado"[17].

As leis que regulam o desenvolvimento da "segunda natureza" em Marx não são do mesmo tipo das que o físico encontra na "primeira natureza". Não são leis invariantes e universais, porque as sociedades que descrevem estão em fluxo, em constante mudança e desenvolvimento. Segundo Thomas, "as análises de Marx não subordinam a sociedade a leis permanentes como as da física, porque a sociedade é vista por Marx como estando em transição, movendo-se em direção a um novo arranjo no qual as 'leis' da economia clássica *deixarão de se aplicar*"[18].

As "leis econômicas do movimento" que Marx buscava eram as leis (elas próprias historicamente mutáveis) responsáveis por essa transição social. É uma lei da sociedade capitalista, por exemplo, que, para sobreviver, os capitalistas individuais devem expandir-se e acumular quantidades cada vez maiores de capital. Mas, como efeito colateral dessa necessidade *individual* de expansão, o capitalismo *enquanto totalidade* produz as condições para seu próprio declínio e transformação em algo diferente. Com isso "Marx [...] não pensa provar [...] a sua necessidade histórica, antes muito pelo contrário. Quando provou pela história que, de facto, o fenómeno se produziu ou deve produzir-se, designa-o, ao mesmo tempo, como fenómeno que se cumpre segundo uma lei dialéctica determinada"[19]. Obviamente, a dialética de Marx constitui um modo de pensamento bastante diverso da lógica formal da ciência positivista, e é sintomático do estreitamento desta última que seus adeptos frequentemente nem sequer concebam lógicas diferentes. Lógica, para eles, é simplesmente lógica, assim como natureza é natureza; quando Marx discute leis naturais em conexão com a segunda natureza, a consciência positivista imagina que elas são *idênticas* às leis naturais relativas à primeira natureza (leis da física, por exemplo) e, portanto, imaginam Marx como um determinista de

[16] Marx (2010, p. 18).
[17] Marx (2007, p. 19).
[18] Thomas (1976, p. 20); Schmidt (1971, cap. 4).
[19] Engels (1974, p. 169).

um matiz ou de outro. No entanto, quando Marx discute a lei natural, não há qualquer implicação de inevitabilidade determinada, isso é muito mais uma projeção da consciência positivista. Ao chamar as leis sociais de naturais, Marx não alude à sociedade em si e para si, mas à relação interna entre a sociedade e as pessoas que vivem sob ela. Assim, Engels conclui que "as leis da economia em toda [...] produção não planificada ou articulada se contrapõem aos homens como leis objetivas sobre as quais não têm poder, portanto, na forma de leis da natureza"[20]. Longe de serem inevitáveis, essas leis são socialmente criadas e podem ser socialmente abolidas. Enquanto vigoram, as pessoas são constrangidas em suas ações sociais; eles podem abolir as leis responsáveis por esse constrangimento não por ação individual isolada, mas apenas por ação social deliberada e coletiva.

**Dialética da Natureza?**

A ideia de segunda natureza não é nova. Glacken remonta sua origem a Cícero, e ela reaparece, sob roupagem mais moderna, em Hegel. Para ambos, a ideia de uma segunda natureza estava ligada à de uma natureza projetada[21]. Coube a Marx separar o conceito dessa teleologia e, ao fazê-lo, "pôr a dialética de Hegel sobre os próprios pés". Mas essa compreensão dialética da segunda natureza, junto com a insistência de Marx numa concepção unificada de natureza, deixa de lado a questão, formulada primeiramente por Engels, sobre o papel da dialética na compreensão da primeira natureza. Engels colocou a questão da seguinte forma[22]:

> A ciência natural empírica acumulou uma massa tão enorme de material positivo para o conhecimento que a necessidade de classificá-lo, em cada campo de investigação, sistematicamente e segundo sua conexão interna, tornou-se absolutamente imperiosa.

Estabelecer essas "interconexões internas" exigia converter a lógica formal das ciências naturais em dialética. Foi isso que Engels fez ao tentar mostrar que a dialética seria inerente à natureza, propriedade de todas as relações materiais, e sua "dialética da natureza" tornou-se parte integrante da ideologia soviética sob Stalin. Em última análise, porém, Engels incorre no mesmo pecado metafísico que os cientistas cuja teoria busca infundir com a dialética. Ele trata

[20] Engels, citado em Schmidt (1971, p. 43).
[21] Glacken nunca discute a segunda natureza de Hegel; cf. Hegel (1952, p. 20).
[22] Engels (1972, p. 42).

a natureza como algo externo, que existe em si, completamente separada de sua apropriação humana. Se, na linguagem filosófica de Lukács, aceitarmos a dialética como relação entre Sujeito e Objeto, fica claro que, ao separar a natureza da sua apropriação humana, Engels tenta encontrar a dialética no próprio Objeto[23]. A chamada "dialética da natureza" não é inerente à natureza, mas, como veremos, está inscrita na relação humana com a natureza. A dialética, separada dos seres humanos, não tem sentido.

**O Conceito de Natureza de Alfred Schmidt**

A exposição de Alfred Schmidt[24] em *The Concept of Nature in Marx* é uma tentativa ambiciosa de tornar explícito, em Marx, um conceito que é apenas implícito. A obra é muitas vezes citada, mas não foi criticamente apreciada ou avaliada. Enfatizando a unidade da natureza e a unidade de natureza e história em Marx, Schmidt começa por distinguir a concepção marxiana de natureza daquela do materialismo filosófico contemporâneo. Ele então identifica as noções de primeira e segunda natureza em Marx, mas o distingue de Hegel, para quem a segunda natureza não é de modo algum semelhante à primeira. "Hegel descreveu a primeira natureza, um mundo de coisas exteriores ao homem, como um acontecer cego e sem conceitos. O mundo dos homens, tal como toma forma no Estado, no direito, na sociedade e na economia, é para ele 'segunda natureza', razão manifestada, Espírito objetivo"[25]. Para Marx, como vimos, a segunda natureza deve ser considerada à semelhança da primeira. Schmidt identifica duas dialéticas históricas em Marx: a "pré-burguesa" e a burguesa. No período histórico anterior "os homens são absolutamente idênticos à natureza", e o Objeto (natureza externa) domina o Sujeito (trabalho); os seres humanos integram a natureza externa e estão à sua mercê. Contudo, com o advento do período burguês, "os homens lograram dominar universalmente a natureza... [e] a natureza se congela em um em-si abstrato, externo aos homens"; o Sujeito agora domina o Objeto. Não há, portanto, em Schmidt *um* conceito de

[23] Lukács (2003).

[24] Alfred Schmidt (1931-2012), filósofo alemão da Escola de Frankfurt – tendo sido aluno de Adorno e Horkheimer. *O conceito de natureza em Marx* (1962) é, originalmente, sua tese de doutorado [N.T.].

[25] Schmidt (1971, p. 43).

natureza, mas dois: a natureza como externa à atividade humana e objeto dessa atividade (primeira natureza); e a natureza como "a totalidade de tudo o que existe" (que abrange primeira e segunda naturezas)[26]. Embora afirmadas como uma única realidade, na prática – ao longo do livro – Schmidt tende a tratá-las separadamente, o que lhe permite discutir, entre outras coisas, a necessidade histórica da "dominação da natureza pelo homem". Que isso reflita com precisão a concepção de natureza em Marx é duvidoso, mas fornece a Schmidt uma plataforma a partir da qual acusa Marx de ser utópico[27]. Com efeito, Marx não aceitava a eterna necessidade dessa "dominação da natureza" que Schmidt introduz.

A "dominação da natureza" tem sido um tema consistente entre os teóricos críticos da Escola de Frankfurt, entre os quais se inclui Schmidt[28]. No entanto, é uma noção vaga, para dizer o mínimo, e tende a promover a oposição binária e simplificadora entre sociedade e natureza ou, como no caso de Schmidt, entre "homem e natureza". Por trás da "dominação humana sobre a natureza" há um mecanismo concreto, que a Escola de Frankfurt em maior ou menor grau desacentua. Por mais paradoxal que pareça, esse mecanismo, na sociedade capitalista, é a exploração de uma classe por outra. William Leiss[29], discípulo de Herbert Marcuse da Escola de Frankfurt, aponta de modo sucinto esse mecanismo subjacente à expressão mistificadora "dominação da natureza"[30]:

> Se a ideia de *dominação* da natureza tem algum significado, é que por esse meio – isto é, através da posse de capacidades tecnológicas superiores – alguns homens tentam dominar e controlar outros homens. A noção de uma dominação comum da raça humana sobre a natureza externa é desprovida de sentido... "O homem", como tal, é uma abstração que... apenas esconde o fato de que, nas violentas lutas reais entre os *homens*, os instrumentos tecnológicos têm um papel a desempenhar.

Infelizmente, Leiss também é incapaz de usar essa percepção para produzir um conceito unificado, e não dualista, de natureza. Em lugar de "dominação da natureza", ele propõe "controle sobre a natureza" alegando, com alguma razão, que a expressão tem "conotações diferentes", mas acaba por instituir uma distinção ainda mais crua do que a de

[26] Schmidt (1971, pp. 27, 82).
[27] Schmidt (1971, cap. 4).
[28] Sobre a "dominação da natureza" na Escola de Frankfurt, ver Marcuse (1969), Horkheimer (2002) e Habermas (1970).
[29] William Leiss é um acadêmico estadunidense autor de *The Domination of Nature* (1972) [N.T.].
[30] Leiss (1974, pp. 122-123).

Schmidt entre "natureza interna" e "natureza externa". Embora fale na "interação sutil entre a natureza interna e a externa", trata-se de uma sutileza de palavras, não de prática; é uma sutileza imposta à separação pouco sutil entre interno e o externo[31].

Apesar de suas intenções, Schmidt não conseguiu evitar uma concepção dual da natureza. Ao longo do texto, ele abstrai o processo de trabalho do modo de produção histórico específico em que ocorre, preferindo falar do trabalho *per se*. O "processo-de-trabalho", para Schmidt, "não sofre nenhuma mudança [histórica] que divida radicalmente entre si as etapas de produção". Assim, propõe investigar a relação com a natureza mediada pelo processo de trabalho, sem antes caracterizar "as relações de produção nas quais esse processo tem lugar"[32]. Nessa medida, ele nega sua própria suposição de que a natureza não pode ser considerada separadamente da história. A natureza do processo de trabalho, que medeia a relação da história com a natureza, não é exceção. Como veremos, é precisamente a exploração da força de trabalho que, sob o capitalismo, articula a natureza como unidade, tanto prática quanto conceitualmente.

Não é difícil ler Marx (como Schmidt implicitamente o faz) como se também oferecesse uma concepção dual da natureza. Afinal, Marx nunca apresentou uma teoria sistemática da natureza, e muitas das referências e discussões que fornece são ambíguas nesse ponto. E, como descobriu Schmidt, é necessário complementar as afirmações de Marx sobre a natureza com uma compreensão geral mais ampla de seu projeto. Mas é precisamente aqui que Schmidt falha, – se peca, é por excesso de pedantismo. Ele entende os mínimos detalhes das palavras, frases e sentenças de Marx, mas tem dificuldade de enfocá-los como um todo. Do contrário, jamais teria substituído uma versão histórica do processo de trabalho, mesmo no contexto de sua busca por um conceito marxista de natureza. Uma leitura mais rigorosa e consistente de Marx nos permitirá compreender a natureza como unificada historicamente pelo processo de trabalho, pois "a indústria", segundo Marx "é a relação histórica da natureza com o homem"[33]. Mas, para isso, teremos de alterar nossa perspectiva. Será necessário não

[31] Leiss (1974, pp. 120, 198).
[32] Schmidt (1971, pp. 91, 93).
[33] Marx (2008, p. 112).

buscar um "conceito de natureza" *per se*, mas para uma compreensão da *relação* das sociedades humanas com a natureza.

**Produção em Geral**

Em sua introdução inicial e abstrata ao tema em *O capital*, Marx descreve a produção como um processo pelo qual a forma da natureza é alterada. O produtor "só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais". Por meio de "sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante, a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material"[34].

Na medida em que o trabalho produz mercadorias úteis que satisfazem as necessidades humanas, ele "é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana"[35]. Mas o trabalho opera mais do que uma simples mudança na forma da matéria; ele produz uma mudança simultânea no trabalhador, e é a partir dessa definição abstrata da relação com a natureza que se pode construir uma teoria marxista unificada da natureza.

> Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza[36].

Como Adam Smith, mas ao contrário dos economistas neoclássicos contemporâneos para quem utilidade e valor são sinônimos, Marx distinguiu duas maneiras de considerar a mercadoria: como encarnação de atributos e qualidades úteis, que lhe conferem *valor de uso*; e

[34] Marx (2010, pp. 65, 93). Nesta edição de *O capital* [Smith se refere à edição da International Publishers, de 1967 – N.T.], "Natureza" às vezes aparece com inicial maiúscula em traduções, mas decidimos mantê-la em minúscula, já que no original alemão é sempre escrita com maiúscula apenas por se tratar de um substantivo, e por nenhuma outra razão aparente. Isso está de acordo com outras traduções.

[35] Marx (2010, p. 65).

[36] Marx (2010, p. 211).

como encarnação de uma certa quantidade de tempo de trabalho, que lhe confere *valor de troca*. Os valores de uso são o substrato material dos valores de troca e, na medida em que a natureza possa ser equiparada ao âmbito dos valores de uso, como afirma Schmidt, podemos concebê-la em termos semelhantes. A natureza torna-se, então, o material cuja forma é alterada pelo trabalho produtivo, convertendo-se também em suporte material do valor de troca; a madeira é transformada em uma mercadoria, a mesa. Presume-se que as coisas sejam produzidas porque são necessárias e, assim, a "relação com a natureza" configura-se como relação de valor-de-uso. O material natural é qualitativamente alterado ao ser incorporado à atividade produtiva humana, e a atividade humana, por sua vez, inscreve-se simultaneamente no material natural que lhe é exterior.

Como Marx se preocupava, inicialmente, em explicar o funcionamento interno da economia capitalista, tendia a abstrair da esfera dos valores de uso, concentrando-se nos valores de troca. Assim, sua noção de natureza não avançava explicitamente além dessa equação, algo abstrata, entre natureza e valor de uso. Dada essa formulação abstrata, entende-se como uma concepção dual de natureza pode ser atribuída a Marx, pois, como Schmidt, ele apenas afirma aqui a unidade da natureza, sem derivá-la praticamente, isto é, lógica e historicamente. Na realidade, Schmidt não vai além de Marx de forma substantiva; o que ele articulou é uma racionalização da concepção dual que ele projeta implicitamente em Marx. Contudo, tal concepção dual contradiz o projeto mais amplo de Marx.

**Produção para troca**

A maioria das sociedades contemporâneas produz bens para uma economia de troca e, dado esse arranjo, nossa compreensão da "relação com a natureza" pode ser refinada. Em suma, ela já não pode ser vista como uma relação puramente de valor de uso, pois, se as coisas são produzidas para troca, a necessidade direta deixa de ser o único determinante do que se produz. O valor de troca é o que busca o produtor imediato quando produz para troca. Esse valor de troca, em geral, aparece sob a forma material de dinheiro, que medeia a troca de mercadorias.

Com um sistema de troca, deixamos de ver uma relação homogênea com a natureza para ver a produção de uma segunda natureza a partir da primeira, bem como o desenvolvimento de um conjunto de instituições sociais encarregadas de realizar e regular esse intercâmbio. Embora a segunda natureza seja composta por (e faça circular) produtos oriundos da primeira, ela se relaciona com esta, em grande medida, apenas indiretamente, por mediação do processo de produção. Essa separação entre primeira e segunda naturezas é bem captada por Schmidt, porque seus mentores intelectuais (sobretudo Kant e Hegel) viveram e escreveram numa época em que as economias de troca pré-capitalista já se haviam desenvolvido plenamente e estavam dando origem ao capitalismo. Os dualismos não resolvidos no conceito de natureza de Schmidt – particularmente a oposição entre segunda e primeira natureza – representam, de modo mais fiel e prático, esse período histórico (o período de desenvolvimento das economias de troca) do que qualquer outro. Schmidt propôs-se a "determinar com maior precisão a posição de Marx entre Kant e Hegel", e foi exatamente isso que fez. Ele abstrai do modo de produção historicamente distinto que se desenvolveu desde Kant e Hegel, e que preocupa Marx. Ele tratou Marx como uma amálgama de Kant e Hegel, e não como um movimento para além deles[37].

**Produção capitalista**

Baseado na propriedade privada, o capitalismo difere de outras economias de troca no seguinte: produz, por um lado, uma classe que possui os meios de produção de toda a sociedade, ainda que não trabalhe e, do outro, uma classe que possui apenas a sua própria força de trabalho, que eles devem vender para sobreviver[38]. Comparado a seus predecessores, o modo capitalista de produção é inerentemente progressivo e revolucionário. À medida que se expandiu internacionalmente, o capitalismo varreu todos os demais modos de produção. Esses foram subordinados à força aos ditames do capitalismo, que, por haver alcançado um nível de produtividade superior ao de todos os modos de produção precedentes, dispunha dos meios

[37] Schmidt (1971, p. 12).
[38] Marx (2011, p. 828).

políticos e militares, além dos econômicos, para impor sua expansão. Daí o crescimento dos impérios coloniais entre as nações capitalistas mais avançadas da Europa e a competição feroz entre elas, que levou a guerras imperiais esporádicas.

Sob o capitalismo, a relação com a natureza é uma relação de valor de uso somente no sentido mais subordinado. Antes de tudo, é uma relação valor de troca. "Expansão", "crescimento", "progresso" e "desenvolvimento" referem-se primariamente à mudança econômica (a acumulação necessária de quantidades cada vez maiores de capital), da qual passam a depender todos os demais tipos de mudança. No plano cotidiano, essas transformações são particularmente visíveis nas esferas da reprodução e do consumo. Basta ver, por exemplo, o fluxo constante de nostalgias por uma arte e a cultura não-comercializadas, ou as queixas recorrentes, no período do Natal, sobre a comercialização da religião. Essa comercialização é, na realidade, uma *capitalização*, uma extensão da estrutura capitalista de mercadorias a domínios da vida e da experiência que antes eram "sagrados", isto é, haviam sobrevivido autonomamente no âmbito dos valores de uso. Agora, porém, arte, religião e cultura encontram-se em processo de mercantilização, tanto quanto o conhecimento científico já se encontra, e seu rótulo de valor de troca (o preço) passa a dominar seu valor de uso.

Mas não é apenas essa "segunda natureza" que passa a ser cada vez mais produzida como parte do modo capitalista de produção. A "primeira natureza" também é produzida. Com efeito, a "segunda natureza" deixa de ser produzida *a partir da* primeira natureza, é a primeira que passa a ser produzida *pela* segunda e dentro de seus limites. Quer se trate da laboriosa conversão do minério de ferro em aço e, por fim, em automóveis, quer da formatação profissional[39] do Parque Nacional de Yosemite, a natureza é produzida. Em sentido bem concreto, esse processo de produção transcende a distinção ideal entre primeira e segunda natureza. A forma de toda a natureza foi alterada pela atividade humana, e hoje essa produção não se realiza para a satisfação das necessidades em geral, mas para atender uma "necessidade" muito específica: o lucro.

[39] No original, *packaging*. Entendida aqui como a mercantilização ou o ato de formatar para consumo turístico (curadoria comercial, infraestrutura, marca). Traduziu-se por "formatação profissional" para manter o tom crítico de Smith e O'Keefe. [N.T.].

Há mais de quarenta anos, essa relação de valor de troca com a natureza foi intuitivamente reconhecida e, inadvertidamente, encapsulada pelo grande geógrafo imperial, Isaiah Bowman[40], que declarou que os seres humanos "não podem mover montanhas", isto é, não sem antes "lançar uma emissão de títulos"[41].

Dizer que a natureza é produzida não implica que cada átomo de uma árvore, montanha ou deserto seja criação humana, assim como não o é cada átomo do Empire State Building; a matéria não é criada nem destruída. Isso significa que a atividade humana é responsável, em maior ou menor grau, pela forma da matéria; o tamanho e o formato dos edifícios, o hibridismo ou a localização da árvore, a fisionomia da montanha, a extensão espacial do deserto. A diferença abstrata entre as "primeira" e "segunda" naturezas em Schmidt transforma-se numa diferença de grau, e a unidade da natureza realiza-se praticamente na produção. Por trás da vaga e mecânica "dominação da natureza" encontramos, na realidade, a *produção* da natureza.

Haverá quem veja esta teoria da natureza, centrada na natureza da produção, como uma violação grosseira da beleza, da sacralidade e do mistério inerentes à natureza. Para essas pessoas, o significado de natureza não é apenas sagrado; ele transcende tais considerações vulgares como a produção. No entanto, essas são as mesmas pessoas que dirigem seus trailers e motorhomes até Yellowstone para ver o Zé Colmeia, que usam de bom grado o salão de beleza em plena natureza selvagem de Yosemite, e que registram a natureza mais selvagem em filme para que eles possam *reproduzir* em sua sala de estar. Não menos do que a própria natureza, o significado cultural da natureza é socialmente produzido. Isso não diminui os insights genuínos que uma fenomenologia imaginativa (em oposição ao humanismo) pode oferecer; trata-se, antes, de compreender os limites e as possibilidades dessa forma de discurso[42]. O "reino da

[40] Isaiah Bowman (1878-1950) foi um geógrafo estadunidense e presidente da Universidade Johns Hopkins, de 1935 a 1948 [N.T.].

[41] Bowman (1934). No original, *floating a bond issue*. Trata-se de jargão financeiro: "lançar/emitir títulos", indicando que grandes obras "não movem montanhas" sem financiamento de mercado. O artigo original indica 1974 como ano da obra de Bowman; catálogos bibliográficos registram a edição da Charles Scribner's Sons em 1934, data adotada nesta tradução. [N.T.]

[42] Para uma avaliação da fenomenologia na geografia e da distinção entre humanismo e fenomenologia, ver Smith (1979).

liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade". O "reino genuíno da liberdade... só pode florescer tendo por base o reino da necessidade"[43].

## IMPLICAÇÕES

### Ciência

"Conhecemos uma única ciência", escreveram Marx e Engels, "a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente"[44]. Essa unidade da ciência não era, para Marx, um princípio abstrato, mas o produto final de um desenvolvimento social concreto: "Tanto a ciência natural subsumirá mais tarde precisamente a ciência do homem quanto a ciência do homem subsumirá sob si a ciência natural: será *uma* ciência"[45]. Ou, como Wilbur Zelinsky[46] explica um tanto inadvertidamente: "Eu acalento a maldosa suspeita que, quando nossa visão de ciência ascender a um nível mais elevado, descobriremos, para nossa surpresa, que as ciências naturais, precocemente adolescentes, terão de ser absorvidas por uma ciência maior, essencialmente social, da qual elas formam um subconjunto peculiar". Isto depois de descrever o marxismo como uma exuberante religião[47].

Com base nessa compreensão histórica da unificação da ciência, é possível recodificar a infeliz tentativa de Engels de injetar a dialética na natureza. A "ciência natural" contemporânea é um resquício histórico. Ela se originou nos séculos XVI e XVII da necessidade de apropriar a natureza através da indústria e reflete concretamente essa necessidade ao seguir postulando a natureza como inteiramente externa à atividade humana. Ao fazê-lo, a ciência pôde fornecer ao capitalismo a tecnologia pela qual a natureza poderia ser socializada. No exato momento em que a natureza estava sendo teorizada como externa,

[43] Marx (2008, pp. 1083-1084). Para uma versão mais elaborada desse argumento, ver Smith, "The Production of Nature", Johns Hopkins University, manuscrito mimeografado, s.d.

[44] Marx e Engels (2007, pp. 86-87).

[45] Marx (2008, p. 112).

[46] Wilbur Zelinsky (1921-2013) foi um geógrafo cultural estadunidense. [N.T.].

[47] Zelinsky (1975, pp. 125, 140). Cf. também Harvey (1980, p. 109): "as ciências naturais estão em um estágio pré-social".

entretanto, os últimos vestígios dessa externalidade estavam sendo praticamente destruídos; a natureza passava a ser cada vez mais produzida. A unidade da ciência, portanto, não requer nada tão simples quanto injetar a dialética na natureza. Essa dialética já existe na *relação* com a natureza exemplificada pela ciência natural. A questão não é injetar a dialética, mas recuperá-la.

Ao manter a natureza como externa à sociedade, o Objeto como totalmente fora do Sujeito, a ciência natural constitui-se como rigorosamente não-dialética. Torna-se deliberadamente cega ao outro lado de sua relação com a natureza. No entanto, ao sustentar essa externalidade, ela ao mesmo tempo se apropria da natureza, a interioriza, a fim de produzir conhecimento sobre ela. O próprio projeto é claramente contraditório; a natureza é pressuposta como externa, mas tornada interna. Essa e outras contradições decorrem do modo como os cientistas naturais se relacionam com a natureza, mas são ignoradas ou, antes, deslocadas e externalizadas. Entretanto, elas não permanecem externas por muito tempo; reaparecem de forma bastante tangível e tornam-se cada vez mais difíceis de conceber como externalidades: a produção de solos deficientes e a degradação geral de muitas terras agrícolas; a produção de paisagens culturalmente empobrecidas; a poluição e disponibilidade errática de recursos; a política da energia nuclear; revoluções científicas internas[48].

Burgess[49] observa, com propriedade, que "a teoria geográfica, no centro da qual deve estar um conceito de natureza, oscila entre uma generalidade que horrorizaria até um diplomata e um ecletismo que assustaria um cientólogo"[50]. O esboço precedente de uma teoria da natureza oferece um foco mais coerente para a pesquisa científica. Sugere duas coisas: primeiro, a relação das sociedades humanas e dos indivíduos com a natureza constitui o contexto inescapável – ou a problemática – da ciência; segundo, a unidade dessa relação é

[48] Sobre a degradação das paisagens culturais, ver Relph (1976). Quanto à reação da ciência à sua própria esterilidade ocasional, considere a recepção de Kuhn (1998). O fato de esse livro ter sido recebido de forma tão extasiada deveu-se à maneira relativamente sofisticada com que Kuhn explicou as revoluções científicas como produto de um processo dialético de desenvolvimento no interior da própria ciência. Mas ele o fez puramente como um exercício de história intelectual, sem ameaçar a prezada autonomia da ciência em relação a outras atividades humanas. Não impôs a realidade social externa às psiques transubstanciais dos cientistas em atividade, nem por um momento acalentou a perigosa ideia de que a dialética tivesse lugar na própria investigação das ciências naturais, e não apenas na sua história.

[49] Geógrafo britânico, referência em estudos críticos de habitação e urbanização. [N.T.].

[50] Burgess (1978, p. 4).

contrariada pela arbitrariedade das fronteiras disciplinares. A geografia não é exclusiva em sua preocupação de produzir uma "ciência da relação do homem com a natureza"; toda ciência se ocupa, em maior ou menor grau, dessa relação.

É possível ilustrar mais concretamente esse argumento recorrendo à pesquisa sobre perigos naturais. Em geral, esse campo exibe as três maneiras principais de lidar com a contradição na concepção positivista de natureza (como discutido anteriormente[51]). Assim, o paradigma das ciências físicas torna a natureza como totalmente separada da atividade humana, e é essa interpretação que domina os estudos de perigos naturais[52]. O evento perigoso (deslizamento, inundação, terremoto, etc.) é visto como resultado da operação natural e inevitável de processos físicos internos, do geológico ao climatológico. Essa interpretação aceita os perigos como naturais, significando que eles são "atos de Deus" – fora do alcance da influência social. Não surpreende, portanto, que a maior parte dos recursos públicos seja direcionada à busca de causas "naturais", em vez de ao exame da vulnerabilidade humana aos riscos; a suposição da autonomia da natureza fornece explicações plausíveis e despolitizadas para a distribuição dos efeitos do desastre na população. E essas explicações de "ato de Deus" são então usadas pelas companhias de seguros para evitar responsabilidade – um uso astuto de categorias científicas feudais pelo capital financeiro.

Uma segunda abordagem dos perigos naturais foi inaugurada por geógrafos, que igualmente afirmam a separação entre eventos naturais e sociais, mas a colocam sob um conceito guarda-chuva mais amplo de natureza; as ciências natural e social estudariam naturezas diferentes. Na melhor das hipóteses, essa interpretação entende a ocorrência de desastres como uma interface entre uma população vulnerável e um evento extremo. Esse dualismo não supera a distinção sujeito-objeto entre natureza e sociedade e, assim, reduz a investigação científica a examinar duas formas cujas *naturezas* essenciais são pressupostas. Mais frequentemente, a vulnerabilidade a desastres é analisada como se a natureza fosse neutra, de modo que o ambiente se torna perigoso *somente* quando "cruza com as pessoas"[53]. Mas, por

[51] As remissões internas à paginação do original foram substituídas por referências genéricas a passagens/temas do texto, a fim de adequá-las a esta edição. [N.T.]

[52] Para uma exposição dessa abordagem, ver Keller (1976).

[53] O trabalho paradigmático dessa abordagem é Burton, Kates e White (1978).

trás desta postulada neutralidade da natureza em relação à sociedade, há uma clara agenda tecnocrática que busca controlar os perigos "naturais" pela extensão da dominação humana sobre uma natureza supostamente externa.

A terceira abordagem dos perigos, que reflete o terceiro método para lidar com a contradição no conceito positivista de natureza, equivale à dissolução da natureza humana na natureza externa. De feição virtualmente malthusiana, essa abordagem observa que os pobres são os mais afetados na maioria dos desastres e atribui isso não apenas à escassez de recursos de que dispõem, mas sobretudo a uma tendência dos pobres a se reproduzirem rápido demais. Essa abordagem é um exemplo clássico de culpabilização da vítima, como deixam claro as recomendações de política que a acompanham. A lógica malthusiana conduz a uma política de triagem – a seleção "lógica" de quais vítimas devem receber assistência após o evento[54].

Na sociedade capitalista, é a produção material da natureza que unifica os domínios social e natural antes separados, mas o faz sem torná-los idênticos – sem dissolver um no outro. Isso oferece um arcabouço superior para analisar os desastres. Ele não enfatiza a natureza ou a sociedade como tal, mas, sobretudo, a relação *com* a natureza (primeira *e* segunda natureza); é essa relação que é responsável por moldar a natureza e a sociedade no processo de produção. Trata-se de uma relação social que, na sociedade capitalista, significa uma relação de classe. Assim, a vulnerabilidade a desastres é – como a abordagem malthusiana reconhece – uma relação de classe, mas as razões disso não residem nas incapacidades individuais da classe trabalhadora, camponeses ou qualquer outra coisa: "A *natureza* não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos"[55]. A divisão do trabalho, que adquire significado qualitativamente diferente com o advento da sociedade capitalista, produz acesso diferencial à

[54] Entre os adeptos dessa abordagem, ver Hardin (1968). Para uma crítica da doutrina malthusiana da população, ver Harvey (1974).

[55] Marx (2010, p. 199). Após o terremoto de 1976 na Cidade da Guatemala, ocorreu uma interessante ilustração da relação de classe com a natureza: os moradores deixaram de falar em terremoto e passaram a chamá-lo de "terremoto de classe". Ver também Susman, O'Keefe e Wisner (1983, pp. 263–283). No original, esse trabalho é citado como "Global Disasters: A Radical Approach" e indicado como "no prelo"; foi posteriormente publicado, em 1983, sob o título "Global Disasters: A Radical Interpretation". [N.T.].

natureza, e isso vale igualmente para os chamados desastres naturais. A exposição ao ambiente produzido sob o capitalismo é universal, mas as consequências dessa exposição estão longe de ser uniformes.

**Espaço**

Assim como os geógrafos não podem, seriamente, reivindicar "a relação com a natureza" como propriedade exclusivamente sua, também não podem reivindicar o espaço como seu domínio exclusivo; já que o espaço é produto de relações materiais concretas, toda ciência se ocupa dele. O geógrafo só pode reivindicar o espaço como seu ao abstraí-lo de seu contexto material e social, conferindo-lhe uma existência metafísica ou uma autonomia ontológica que ele não merece.

Nos últimos anos, marxistas têm criticado geógrafos por seu "fetichismo do espaço". Esse fetichismo faz com que as relações entre pessoas, grupos sociais ou classes apareçam como relações entre áreas ou lugares[56]. Até certo ponto, essa crítica é apropriada, mas a literatura marxista ainda não desenvolveu um arcabouço alternativo para discutir o espaço[57]. A teoria da natureza esboçada acima oferece pistas para compor essa compreensão alternativa do espaço.

Se o espaço é visto não como uma coisa fixa, mas como um aspecto das relações entre partes concretas da matéria (isto é, se o concebemos como relacional), a teoria da natureza encerra em si uma teoria integral do espaço. Já não precisamos vê-lo como um "universal abstrato", seja lá o que isto signifique, mas como algo historicamente alterado junto com a alteração humana da natureza. *A produção do espaço* – entendida como a alteração das relações espaciais provocada pela alteração simultânea da forma de partes concretas da matéria – é parte integrante da produção da natureza. Assim, no que diz respeito aos desastres "naturais", o padrão espacial da fome mudou fundamentalmente com a ascensão do capitalismo. Antes aleatória, a fome tornou-se sistêmica e sistematicamente distribuída no espaço, atingindo o mundo subdesenvolvido mais severamente. Sem declarar explicitamente a teoria, Marx sugere

[56] Anderson (1975).

[57] Em 1978, Edward Soja escreveu: "Assim, o que deveria ter constituído as amplas implicações da análise espacial marxista perdeu sua acuidade, desnecessariamente, através dos esforços bem intencionados mas míopes dos estudiosos radicais no sentido de evitar os supostos perigos do fetichismo espacial" (Soja, 1980, p. 208). Reimpresso em Soja (1993, p. 98).

noção semelhante de produção do espaço[58]: enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, *i.e*., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; *i.e*., para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro.

Uma teoria abstrata da produção do espaço seria tão limitada quanto uma teoria abstrata da natureza (como discutido anteriormente), e incorreria nas mesmas contradições filosóficas que, ao cabo, acabaram por afligir Schmidt. Como no caso da natureza, uma compreensão sofisticada de como o espaço é produzido depende de uma compreensão igualmente sofisticada do modo de produção capitalista. Espaço e lugar são produzidos como parte desse modo de produção[59]. Por isso, a compreensão do *desenvolvimento desigual* é central.

**Considerações**

O modo de produção capitalista pode continuar a produzir a natureza – e, como subproduto, o espaço – apenas enquanto puder continuar a produzir sua própria base "natural": de um lado, o Trabalho; de outro, o Capital. Para apreender cientificamente essa relação com a natureza, será necessário fazer como Marx: "por meio da crítica da [...] ciência, levar [...] a ciência ao ponto em que possa ser apresentada dialeticamente" [60]. Recuperando assim a dialética, a ciência também recuperará a política da luta de classes, que legitimamente permeia seu objeto, mas que, sob concepções burguesas ortodoxas de ciência, é ideologicamente deslocada.

[58] Marx (2011, p. 445). Ver também Harvey (2006, pp. 41-73).

[59] Henri Lefebvre foi pioneiro na tentativa de elaborar uma teoria da produção do espaço, mas deve ficar claro que sua teoria se apoia na negação da natureza e em sua substituição por "espaço", e não numa teoria da produção da natureza. Apesar de se concentrar na produção do espaço, Lefebvre termina com uma concepção dual semelhante à que encontramos em Schmidt; só que, no caso de Lefebvre, trata-se de uma concepção dual do espaço. Por um lado, o espaço é um reino primordial, como o tempo ou a matéria; por outro, é concreto e produzido. Lefebvre não consegue conciliar essa concepção dual porque introduz o espaço no âmbito da problemática da reprodução, e não da produção. A produção do espaço é subordinada à reprodução das relações sociais. Ver Lefebvre (1976) e Soja (1980).

[60] Carta de Marx a Engels, fevereiro de 1858, citada em Schmidt (1971, p. 52).

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Política e história**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDERSON, Jim. **The Political Economy of Urbanism**. London: Department of Planning, Architectural Association, 1975.

BOWMAN, Isaiah. **Geography in Relation to the Social Sciences**. New York: Charles Scribner's Sons, 1934.

BURGESS, Rod. The concept of nature in Geography and Marxism. **Antipode**, v. 10, n. 2, p. 1–11, 1978.

BURTON, Ian; KATES, Robert W.; WHITE, Gilbert F. **The Environment as Hazard**. New York: Oxford University Press, 1978.

COLLINGWOOD, R. G. **Ciência e filosofia**: a ideia de Natureza. Tradução de Frederico Montenegro. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Tradução de Isabel Hub Faria e Teresa Adão. Lisboa: Edições Afrodite, 1974.

ENGELS, Friedrich. **The Dialectics of Nature**. Moscow: Progress Publishers, 1972.

GLACKEN, Clarence J. Changing Ideas of the Habitable World. In: THOMAS, W. L. (ed.). **Man's Role in Changing the Face of the Earth**. Chicago: Chicago University Press, 1956.

GLACKEN, Clarence J. **Traces on the Rhodian Shore**. Berkeley: University of California Press, 1967.

HABERMAS, Jürgen. **Toward a Rational Society**. Boston: Beacon Press, 1970.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, p. 1243–1248, 1968.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006. p. 41–73.

HARVEY, David. Population, Resources, and the Ideology of Science. **Economic Geography**, v. 50, p. 256–277, 1974.

HEGEL, G. W. F. **The Philosophy of Right**. London: Oxford University Press, 1952.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

KELLER, E. A. **Environmental Geology**. Columbus: Merrill, 1976.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **The Survival of Capitalism**. London: Alison and Busby, 1976.

LEISS, William. **The Domination of Nature**. Boston: Beacon Press, 1974.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. Tradução de Giasone Rebuá. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857–1858. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, v. II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, v. VI. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luciano Cavini Martorano, Nélio Schneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

SCHMIDT, Alfred. **The Concept of Nature in Marx**. Tradução de Ben Fowkes. London: New Left Books, 1971.

SMITH, Neil. Geography, Science and Post-Positivist Modes of Explanation: A Critical Review. **Progress in Human Geography**, v. 3, n. 3, p. 356–383, 1979.

SMITH, Neil. **The Production of Nature**. Johns Hopkins University, manuscrito mimeografado, [s.d.].

SOJA, Edward W. **The Socio-Spatial Dialectic**. Annals of the Association of American Geographers, v. 70, n. 2, p. 207–225, 1980.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SUSMAN, Paul; O'KEEFE, Phil; WISNER, Ben. Global Disasters: A Radical Interpretation. In: HEWITT, Kenneth (ed.). **Interpretations of Calamity**: From the Viewpoint of Human Ecology. Boston: Allen & Unwin, 1983. p. 263–283.

THOMAS, Paul. **Marx and Science**. Political Studies, v. 24, p. 1–23, 1976.

ZELINSKY, Wilbur. **The Demigod's Dilemma**. Annals of the Association of American Geographers, v. 65, 1975.

**Como citar este artigo:**

SMITH, Neil; O'KEEFE, Phil. Geografia, Marx e o Conceito de Natureza. Tradução: José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 126-154, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/xyszdn84

**Nota editorial:**

A presente publicação consiste na tradução de obra de autores estrangeiros falecidos, cujos direitos autorais pertencem aos seus respectivos espólios. O *Boletim Paulista de Geografia (BPG)* informa que, no ato da submissão, o tradutor apresentou a devida autorização expressa concedida pelos detentores dos direitos. Nos termos da legislação brasileira (Lei nº 9.610/1998, art. 15), a regularidade jurídica das licenças, o cumprimento dos termos acordados com o espólio e a fidelidade da tradução constituem responsabilidade exclusiva do tradutor, eximindo o Conselho Editorial e o BPG de qualquer encargo ou responsabilidade legal e cível sobre a obtenção e a gestão desses direitos autorais.

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

---

**Sobre o autor**: professor de Geografia do Magistério Superior na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Codó (CCCO). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), atua em história do pensamento geográfico, geopolítica e geografia econômica.

**Agradecimentos**: O tradutor agradece ao professor Don Mitchell e a Paul O'Keefe, responsáveis, respectivamente, pelos espólios intelectuais de Neil Smith e Phil O'Keefe; a Andrew Kent, Managing Editor da Antipode; e a Sarah Ritchie e Stacey Selway, da Wiley Global Permissions, pelo apoio e pelas autorizações necessárias à publicação desta tradução.

---

**Editoração**:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar